



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CONTRATO n° 467/2014

CONTRATO DE SERVIÇO DE
MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS QUE
ENTRE SI CELEBRA O ESTADO DE
MINAS GERAIS, POR INTERMÉDIO
DA DEFENSORIA PÚBLICA DO
ESTADO DE MINAS GERAIS E A
EMPRESA HEBERTH GOMES
FRANÇA ME.

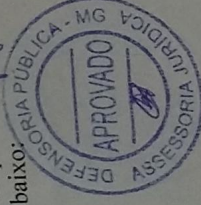
A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, com sede Na Rua Bernardo Guimarães, n° 2.640, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob n° 05.599.094/0001-80, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pela **DEFENSORA PÚBLICA GERAL, ANDRÉA ABRITTA GARZON**, brasileira, portadora da C.I. n° M-3.031.359 SSP/MG e CPF n° 512.782.946-00, residente e domiciliada em Belo Horizonte/MG, e **HEBERTH GOMES FRANÇA ME**, sediada em Belo Horizonte, na rua Geraldo Lopes da Silva, n° 79, Bairro Mantiqueira, CEP.: 31.652.310, inscrita no CNPJ sob o n° 05.198.462.0001/89, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu representante legal **HEBERTH GOMES FRANÇA**, brasileiro, casado, técnico mecânico, portador da cédula de identidade RG n° MG-8.479.107, inscrito no CPF: 037.360.136-04, em decorrência do processo licitatório n° 1441003.00043/2014, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, em conformidade com a Proposta Comercial respectiva, nos termos da Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações, nos termos da Lei Estadual n° 14.167/2002, Lei Estadual n° 13.994/2001, Decreto Estadual n° 44.786/2008, Decreto Estadual n° 45.902/2012 e demais normas pertinentes, celebram o presente instrumento, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto a contratação do serviço de manutenção de veículos, com fornecimento de peças originais e serviços de reboque, de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência – ANEXO I, II e III do edital do Pregão n° 1441003.000/2014 e a proposta da **CONTRATADA** que, passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.

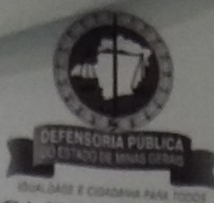
CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1. O preço global estimado do presente Contrato é de **R\$219.400,00 (Duzentos e dezenove mil e quatrocentos reais)** no qual já estão incluídas todas as despesas especificadas na proposta da **CONTRATADA**, com a devida adequação da tabela abaixo:



Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais – Coordenadoria de Compras e Contratos

Tel. (31) 3348.6147 – e-mail: contratos@defensoria.mg.gov.br
Rua Bernardo Guimarães, 2640 – 8° andar - Bairro Santo Agostinho – Belo Horizonte/MG – CEP 30.140.082



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Contratação de prestação de serviços mecânicos com fornecimento de peças originais, a serem substituídas se necessário for, para manutenção preventiva, corretiva, elétrica, troca de óleo, ar condicionado, lanternagem, pintura, funilaria, capotaria, vidraçaria, lavagem em geral e reparos em geral, além de reboque 24 horas para veículos leves, médios e pesados das linhas Fiat, Ford, Chevrolet e Renault, pertencentes à frota da DPMG.	Hora homem trabalhada.	2.100	RS52,00	RS109.200,00
PEÇAS		VALOR ESTIMADO	DESCONTO	VALOR TOTAL COM DESCONTO
Porcentagem de desconto ofertado sobre a tabela de fábrica para as peças.	26,87%	R\$ 150.000,00	RS40.305,00	RS109.695,00
SERVIÇO REBOQUE				
Serviço de Reboque de remoção de veículos na Capital, Região Metropolitana e demais cidades do interior do Estado.	Km	10.000	RS0,051	RS505,00
VALOR TOTAL				RS219.400,00

2.2. O CONTRATANTE somente pagará à CONTRATADA o valor unitário registrado, multiplicado pela quantidade por ele solicitada.

2.3. Incluídos no preço unitário estão todos os impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes, as quais correrão por conta da EMPRESA CONTRATADA.





DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

2.4. Os preços registrados deverão sempre ser adequados ao valor de mercado, sob pena de não haver a aquisição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GARANTIA DO PRODUTO

3.1. O fornecedor deverá garantir a qualidade dos serviços prestados, e materiais utilizados, reparando ou refazendo os serviços que apresentarem defeitos, por um período mínimo de mínimo de 06 (seis) meses ou 60.000 (sessenta mil) quilômetros, o que ocorrer primeiro, contado a partir de sua realização, independentemente da quilometragem dos veículos. O fornecedor vencedor deverá constar no orçamento aprovado pela Diretoria de Logística o prazo da garantia dos serviços.

3.2 - As peças e componentes fornecidos e instaladas pelo fornecedor vencedor ficam por ele garantidas como sendo isentos de quaisquer vícios ou defeitos, na forma prevista em lei, por um prazo mínimo não inferior ao concedido pelos fabricantes dos veículos, sem limite de quilometragem, devendo tal prazo ser contado a partir da data de emissão da respectiva nota fiscal.

3.2.1. Faculta-se à Diretoria de Recursos Logísticos e Tecnológicos verificar junto aos fabricantes os prazos de garantia das peças/componentes, constituindo inadimplência contratual o fato de o fornecedor vencedor oferecer garantias com prazos inferiores aos utilizados pelos fabricantes.

3.3 - A re-execução de serviços e a substituição de peças e componentes que estejam acobertados pela garantia não implicarão ônus para a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, e acarretará a reabertura de novo prazo integral da garantia, conforme Código de Defesa do Consumidor.

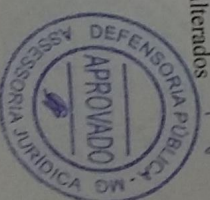
3.4 - A anotação referente aos novos prazos de garantia, no caso de serviços, será feita pelo fornecedor vencedor em documento à parte, que será entregue à Diretoria de Recursos Logísticos e Tecnológicos, quando da liberação do veículo e no caso de peças/componentes, a anotação deverá ser feita no verso da respectiva nota fiscal.

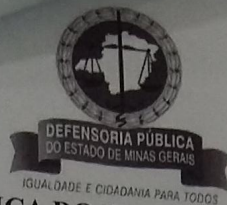
CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DO REAJUSTAMENTO

4.1 - O Contrato terá sua vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, podendo ser prorrogado por períodos idênticos e sucessivos, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei Federal de nº 8.666/93.

4.2 - No que concerne a prestação de serviços (mão de obra), poderá ser reajustado a cada 12 (doze) meses de vigência do contrato, com base no IPCA/IBGE, ou outro índice que venha a substituí-lo, de acordo com a legislação vigente.

4.3 – No que concerne ao fornecimento de peças e componentes, os preços serão alterados de acordo com a tabela do fabricante, deduzidos os descontos, se houverem.





DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1 - O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, a crédito do beneficiário em um dos bancos credenciados pelo Estado, no prazo de 30 (trinta) dias corridos da data de aceitação do serviço e/ou entrega do objeto, pela CONTRATANTE, acompanhado dos documentos fiscais.

5.1.1 - As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá em 30 (trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

5.1.2 - Caso ocorra, a qualquer tempo, a não aceitação do serviço, o prazo para pagamento será descontinuado e reiniciado após a correção pela CONTRATADA, caso em que não será devida atualização financeira.

5.1.3 - A CONTRATANTE não arcará com eventuais acréscimos estabelecidos nas Notas Fiscais, que não estiverem previstos neste Instrumento.

5.1.4 - A CONTRATADA deverá informar na Nota Fiscal o nome e o número do banco, da agência e da conta corrente para crédito do pagamento, além do número deste.

5.2 - Ocorrendo atraso não justificado do pagamento por parte do CONTRATANTE, será devida multa de 2% sobre o valor em atraso, mais juros de mora à razão de 0,015% ao dia, a partir da data prevista para o pagamento, contados até a data do efetivo pagamento, calculado sobre o valor em atraso.

5.3 - Na ocorrência de necessidade de providências complementares por parte da CONTRATADA, o decurso de prazo para pagamento será interrompido, reiniciando a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas, caso em que não será devida atualização financeira.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. As despesas decorrentes da execução deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária nº. 1441.03.122.701.2002.0001.339039-18.10.1, do orçamento em vigor e suas alterações.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

7.1. A prestação do serviço será feito de acordo com as necessidades da CONTRATANTE e das descrições do ANEXO I do edital.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES

Constituem obrigações das partes:



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INSTITUIÇÃO E CIDADANIA PARA TODOS



8.1 – Da CONTRATADA:

- 8.1.1 – Prestar os serviços de acordo com as necessidades da CONTRATANTE nas condições descritas no ANEXO I do Termo de Referência;
- 8.1.2 - Emitir a(s) Nota(s) Fiscal(is) dos serviços prestados no período;
- 8.1.3 - Responsabilizar-se por todos os ônus relativos a prestação do serviço contratado;
- 8.1.4 – Prestar o serviço, objeto deste Contrato, mesmo em caso de greve de seus funcionários ou de empresas responsáveis pelo transporte de combustíveis;
- 8.1.5 - Manter, durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo, nos termos do Inciso XIII do artigo 55 da Lei federal nº 8.666/93;
- 8.1.6 - Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE, nos termos dos itens 3.1 a 3.2 da Cláusula Terceira deste Contrato;
- 8.1.7 - Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometidas por seus empregados, convenientes ou prepostos, envolvidos na execução do Contrato;
- 8.1.8 - Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial, atualizado, do Contrato, dentro do exercício financeiro vigente;
- 8.1.9 - Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que venham incidir sobre o recurso humano necessário à execução do objeto deste Contrato;
- 8.1.10 – Responsabilizar-se por todas as providências, cautelas e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente do trabalho, quando em ocorrência da espécie forem vítimas seus empregados ou prepostos no desempenho dos serviços ou em conexão com estes, ainda que ocorrido nas dependências do CONTRATANTE;
- 8.1.11 – Responsabilizar-se pelo pagamento de quaisquer multas ou despesas de qualquer natureza em decorrência de descumprimento de qualquer cláusula ou condição deste Contrato, dispositivo legal ou regulamento;
- 8.1.12 - Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos necessários;
- 8.2 – Da CONTRATANTE:**
- 8.2.1 - Efetuar o pagamento das faturas dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, em conformidade com a CLÁUSULA QUINTA deste contrato;





DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

- 8.2.2 - Comunicar imediatamente à CONTRATADA as irregularidades manifestadas na execução do Contrato;
- 8.2.3 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

- 9.1 – As penalidades aplicáveis pela inadimplência a qualquer das obrigações assumidas neste instrumento são as que a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e posteriores preveem em seus artigos 86, 87 e 88, e as que o Decreto Estadual nº 45.902/2012 prevê.
- 9.2 – As penalidades serão, em cada caso, graduadas pela CONTRATANTE, de acordo com a gravidade da infração, observado o Decreto Estadual nº 45.902/2012.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 10.1. Das decisões proferidas pela Administração caberão recursos, por escrito, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato, nos casos de aplicação das penas de advertência, suspensão temporária, multa ou rescisão do Contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO - O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio de quem praticou o ato ocorrido, o qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir devidamente informado a autoridade competente, devendo, neste caso a decisão ser proferida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do processo, sob pena de responsabilidade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES

- 11.1. O presente Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93, desde que devidamente fundamentado e autorizado pela autoridade superior.

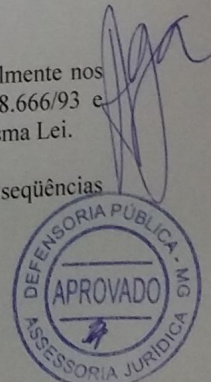
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO

- 12.1. A fiscalização da execução do contrato será exercida pelo Diretor de Recursos Logísticos e Tecnológicos da Defensoria Pública, a quem competirá zelar pela perfeita exação do pactuado, nos termos do art. 67, da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

- 13.1. O presente Contrato poderá ser rescindido unilateralmente total ou parcialmente nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do Art. 78 da Lei Federal nº. 8.666/93 e amigavelmente nos termos do Art. 79, inciso II, combinado com o Art. 78 da mesma Lei.

- 13.2. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.





DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

14.1 A CONTRATANTE publicará este Contrato no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, em forma resumida, em obediência ao disposto no Parágrafo Único do artigo 61 da Lei federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. Fica eleito o foro de Belo Horizonte/MG para dirimir quaisquer dúvidas na aplicação deste contrato em renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

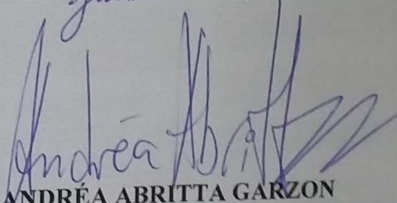
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

16.1 - A tolerância com qualquer atraso ou inadimplência por parte da CONTRATADA não importará, de forma alguma, em alteração contratual.

16.2 - A execução deste contrato em todas suas cláusulas e os casos omissos será regida em conformidade com Lei federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei estadual nº 13.994/01 e pelo Decreto estadual nº 45.902/2012 e suas alterações posteriores.

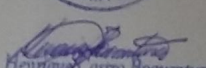
E, para firmeza, como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, é lavrado este contrato que, depois de lido e achado de acordo, será assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo, dele extraídas três vias de igual teor, para um só efeito.

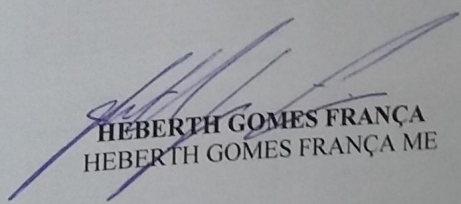
Belo Horizonte/MG, 27 de junho de 2014.


ANDRÉA ABRITTA GARZON

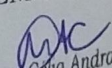
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS





Henrique Castro Boaventura
Assessor Jurídico OAB 119.273
MASP 7.000.317-3


HEBERTH GOMES FRANÇA
HEBERTH GOMES FRANÇA ME

TESTEMUNHAS:

ASS: 
NOME: Celina Andrade Camponez
CPF: 1.215.629-5
Coordenadora de Compras e Contratos
MASP 1.215.629-5

ASS: 
NOME: Erica Gisele Reis
CPF: 7.000.319-9
Coordenadora de Compras e Contratos
MASP 7.000.319-9

Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais – Coordenadoria de Compras e Contratos
Tel. (31) 3348.6147 – e-mail: contratos@defensoria.mg.gov.br
Rua Bernardo Guimarães, 2640 – 8º andar – Bairro Santo Agostinho – Belo Horizonte/MG – CEP 30.140.082